



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE  
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

CPI DO TRANSPORTE PÚBLICO DE RIO BRANCO.

Ata da 2ª Reunião da CPI do Transporte Público, da  
2ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura da Câmara  
Municipal de Rio Branco.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2022, às quinze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Rio Branco, reuniu-se a Comissão Especial de Inquérito, destinada à fiscalização de possíveis irregularidades no setor de transporte público do Município, designada pela **Resolução Legislativa nº13**, de 15 de setembro de 2021. Sob a presidência da **vereadora Michelle Melo** e com a presença dos membros titulares, os (as) vereadores (as) **Adailton Cruz e Fábio Araújo**; iniciou-se a reunião, que teve por finalidade a oitiva do **Sr. Aluízio Abade**, Presidente do SINDCOL – Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo do Estado do Acre. Neste momento, passou-se à apreciação dos requerimentos da CPI. Lida a pauta de matérias: **Requerimento da CPI nº2/2022**, que: requer documentações, da RBTRANS e SINDCOL, do período de 2004 a 2021, para fomentar subsídios relativos à Comissão Especial de Inquérito dos Transporte Público; **aprovado por unanimidade pelos membros presentes. Requerimento da CPI nº3/2022**, que: requer o chamamento público da empresa de transporte público Rico Transportes; após discussão, retificou-se o requerimento, acrescentando-se à ordem de exigências, a cópia do processo administrativo relativo à contratação da referida empresa para prestação de serviços no Município; **aprovado por unanimidade pelos membros presentes. Requerimento da CPI nº4/2022**, que: requer o envio de documentações relativas ao pagamento/adimplência dos salários dos trabalhadores e demais encargos das empresas de transporte público; **aprovado por unanimidade pelos membros presentes.** Findadas as deliberações, deu-se início à oitiva. Cumprimento do Rito Processual e assinatura do termo de compromisso com verdade, por parte da testemunha. **Iniciada a inquirição. Vereador Adailton Cruz** solicitou da testemunha a exposição de relato sobre o tempo de atuação do gestor a frente do SINDCOL, bem como acerca dos principais desafios encontrados no Sindicato durante o período. **Aluízio Abade** em resposta, confirmou nove anos de atuação na área, em Rio Branco; e, ademais, considerou as tentativas de saneamento das dívidas trabalhistas, a concorrência com o transporte clandestino, divergências entre o Executivo e o empresariado e a intervenção do poder público nas empresas como sendo os maiores gargalos do sistema de mobilidade de Rio Branco. **Vereador Adailton Cruz** indagou a testemunha sobre as possíveis falhas da gestão pública e das empresas durante o período de 2013 – 2015, potenciais causas do colapso do Sistema, no momento. **Aluízio Abade** em resposta, pontuou a falta de planejamento no tocante à relação demanda – frota – trabalhadores como determinante para o desencadeamento da crise do setor na capital. **Vereador Adailton Cruz**, num segundo momento, à luz da renovação da concessão das empresas de transporte, fato pretérito, indagou a testemunha sobre o conhecimento de qualquer motivação política para a decisão do Executivo, à época. **Aluízio Abade** rechaçou a insinuação e a associou esta, dentre outras ilações, a interesses políticos de terceiros. **Vereador Adailton Cruz** em continuidade, questionou a autossuficiência do Sistema, especificamente das empresas atuantes na capital. **Aluízio Abade** confirmou o pessimismo de projeção de crescimento do empresariado e confirmou a dependência de subsídios para a sobrevivência do Sistema em Rio Branco, atualmente sob concessão da empresa Rico. Daí a discussão se deu sobre o processo de intervenção do poder público no Sistema. Atinente a isto, a



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE**  
**Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque**

testemunha confirmou o custeio do transporte da frota do Rio de Janeiro a Cidade de Rio Branco, orçado em R\$: 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais); e, ao ser indagado pelo **vereador Fábio Araújo**, o gestor confirmou o débito dos gastos por parte dos cofres da prefeitura. **Vereador Fábio Araújo** à luz de inconsistências da planilha tarifária apontada pelos órgãos de controle e do histórico de pedidos de aportes do empresariado, pregressos à pandemia, questionou o porquê das dívidas trabalhistas com os funcionários, já em tempos remotos à crise do setor. **Aluízio Abade** tratou da necessidade de reequilíbrio econômico das empresas à época dos fatos e discorreu sobre os critérios adotados pela gestão do Município quando da avaliação dos aportes, levando em consideração o retorno dos investimentos sobre o contribuinte-usuário do transporte público. **Vereador Fábio Araújo** na sequência, levantou a problemática da desativação dos terminais de integração e solicitou o posicionamento da testemunha sobre o assunto. **Aluízio Abade** destacou as benesses dos terminais de transbordo à população, com base em questões logísticas; ao passo que lamentou a descontinuação dos mesmos. Em contrapartida, alertou para a urgência de otimização do sistema e citou como exemplo avanços no processo de profissionalização dos cobradores, função descontinuada pelo Sistema, para a execução dos serviços de direção dos ônibus da frota. Ao final, ao ser indagado pela **presidente Michelle Melo**, a testemunha sugeriu a implantação de uma intervenção no Sistema séria, fincada sobre os reais problemas do Setor. Findada a discussão e feitos os apontamentos, considerações e agradecimentos e nada mais havendo a constar, a reunião foi encerrada às **16:10h** e, para os devidos fins, foi lavrada a presente ata que, após ser lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos parlamentares membros da Comissão Especial de Inquérito presentes:

  
**VEREADORA MICHELLE MELO**  
Presidente

  
**VEREADOR FÁBIO ARAÚJO**  
Vice-Presidente

  
**VEREADOR ADAILTON CRUZ**  
Membro Titular, Relator

  
**ALUIZIO ABADE**  
Testemunha

